

DIVÓRCIO: EXCEÇÃO DE DEUS

por

Rev. Fernando Almeida

Em 1977 o Congresso brasileiro aprovou com 226 votos contra 159 a Lei do Divórcio no nosso país. Hoje, 25 anos depois mais de um milhão de divórcios já foram promulgados pela justiça. Segundo o IBGE em 1985, um em cada dez casamentos terminava em divórcio. Dez anos mais tarde em 1995, este número subiu para um a cada quatro. Por mais incrível que pareça os países com maiores porcentagens de divórcios são os mais desenvolvidos e chamados berços do protestantismo. Os Estados Unidos lideram este lamentável *ranking* com 60% dos casamentos terminando em divórcio. A Inglaterra segue de perto com 40%.

Parece que o mundo de uma maneira geral aprovou o divórcio. Será que nós cristãos também podemos aprová-lo assim tão facilmente?

I. O casamento é indissolúvel

Nunca o divórcio foi abençoado por Deus. Desde os tempos de Moisés quando as leis civis e morais foram dadas por Deus isso já havia ficado bem claro nas páginas do Antigo Testamento (Dt 24.1-4). O casamento só poderia ser desfeito por causa de “cousa indecente” (Dt 24.1), (*lit. nudez de algo*). O sentido exato desta expressão não é bem claro mas com certeza está relacionado a questões sexuais. Por essa questão não ser muito clara é que alguns fariseus tentaram provar Jesus.¹ Conforme Mt 19.3-12², Jesus explicou esta permissão dada por Moisés: “Por causa da dureza do vosso coração é que Moisés vos permitiu repudiar vossa mulher; entretanto, não foi assim desde o princípio.” (Mt 19:8) Embora Jesus tivesse uma opinião formada e respeito, ele faz questão de primeiro condenar a própria pergunta. Ao que parece, os fariseus queriam saber de que forma eles poderiam divorciar-se. Jesus explicita que deveria ser buscado não a separação mas a união pois esta era a ordem divina desde o princípio (Gn 1.27; 2.24).

O texto de Gênesis 2.24 é bem contundente. Adão acabara de receber Eva das mãos de Deus e a cena ilustra uma verdadeira cerimônia de casamento. A noivo recebe a noiva e o juiz institui a união. Este versículo revela as palavras de Deus como oficiante do mais importante pacto entre os seres humanos. Esta é a grande chave para o entendimento da indissolubilidade do casamento: Pacto.

Percebam que por toda a Bíblia Deus compara seu relacionamento com seu povo através da analogia de um casamento. No Novo Testamento os noivos se convertem para Cristo e sua Igreja. Vejamos alguns exemplos:

¹ Na época de Jesus, havia uma controvérsia entre as opiniões de dois rabinos a respeito do que seria “cousa indecente”. O primeiro, chamado Shamai cria que se referia somente a adultério. O segundo, cujo nome era Hillel defendia a idéia de que esta expressão autorizava o marido a divorciar-se por qualquer coisa que a mulher fizesse que estivesse em desagrado. Com essa pergunta (19.3) os fariseus pretendiam colocar Jesus em xeque. Faze-lo alvo de antipatia ou dos discípulos de Shamai (eram os mais moralistas além de contar com o apoio de toda a comunidade feminina) ou dos discípulos de Hillel (estes eram a maioria entre os fariseus).

² Os fariseus e escribas tentaram mais uma vez pegar Jesus em alguma contradição e coloca-lo em uma situação embaraçosa entre duas facções dos mestres rabínicos. Veja mais detalhes sobre isso na nota de rodapé da lição.

Outro ponto a ser destacado nesse texto é a cultura da época de Cristo de que o adultério era um artifício que poderia ser lançado mão a qualquer momento por qualquer coisa. A pergunta dos fariseus e a resposta de Jesus revelam esta diferença clara de ênfase. É como se perguntassem quando é que eles podiam deixar suas esposas e Jesus insistisse em responder afirmando a importância em ficarem juntos.

Jesus é claro e radical em sua resposta. Tanto, que até seus discípulos se surpreenderam.

Ezequiel 16	Deus mostra a ingratidão do seu povo que retribuiu com idolatrias as bênçãos recebidas
Jeremias 3.1	Deus usa de misericórdia e pede para seu povo voltar ao seu primeiro amor.
Oséias	O casamento do profeta com uma prostituta é usado como analogia para exprimir como Deus se sentia em relação ao seu povo.
Efésios 5.22-32	“Grande é este mistério mas eu me refiro a Cristo e à igreja”

O casamento, assim como o plano de salvação, é um pacto instituído por Deus e portanto indissolúvel. Isso fica claro nas palavras do profeta Malaquias: “E perguntais: Por quê? Porque o SENHOR foi testemunha da aliança entre ti e a mulher da tua mocidade, com a qual tu foste desleal, sendo ela a tua companheira e a mulher da tua aliança.” (Ml 2:14 – grifos meus)³

Por causa desta conotação de aliança divina é que Deus ordena: “...ninguém seja infiel para com a mulher da tua mocidade.” (Ml 2.15) “Pois o Eterno, o Deus Todo-Poderoso de Israel, diz: -Eu odeio o divórcio; eu odeio o homem que faz uma coisa tão cruel assim. Portanto, tenham cuidado, e que ninguém seja infiel à sua mulher.” (Ml 2.16 BLH) Jesus completa: “...o que Deus ajuntou não o separe o homem” (Mt 19.6b)

II. Exceções bíblicas para o divórcio

Já deve ter dado para notar que não há nenhum estímulo divino para o divórcio, muito pelo contrário, todas as exortações bíblicas giram em torno da manutenção do casamento. Aliás, lembremos que o primeiro milagre público de Jesus deu-se em uma festa de casamento (Jo 2.1-12). Mas, como disse Jesus, “por causa da dureza do vosso coração” (Mt 19.8) é que dois casos são apresentados como passíveis de divórcio. Vejamos:

A. Adulterio (Mt 19.9)

Eu, porém, vos digo: quem repudiar sua mulher, não sendo por causa de relações sexuais ilícitas, e casar com outra comete adultério. (Mt 19:9) O adultério sempre foi abominável aos olhos de Deus. Nos Dez mandamentos entregue ao povo por intermédio de Moisés, Deus já ordenara sua lei moral: “Não adulterarás” (Ex 20.14; Dt 5.18). A lei civil do povo tratava o adultério como crime cuja pena era morte por apedrejamento (Lv 20.10, compare com Dt 22.21-24).

Na concepção de muitos cristãos, parece que Jesus endureceu muito mais esta lei: “Ouvistes que foi dito: Não adulterarás. Eu, porém, vos digo: qualquer que olhar para uma mulher com intenção impura, no coração, já adulterou com ela.” (Mt 5.27-28) Muito embora haja a conjunção adversativa “porém” neste texto que parece indicar uma mudança da lei do Antigo Testamento para as palavras de Jesus, não é esta a melhor compreensão. A cláusula adversativa não contrapõe a Lei mosaica com o mandamento de Cristo mas sim a interpretação que os judeus davam para o que havia sido revelado no Antigo Testamento. Os judeus entendiam que suas mulheres eram suas posses assim como seus animais e que adultério só poderia ser cometido pela mulher. O homem, segundo a concepção deles, não adulterava ao ter relação com uma prostituta. O caso da mulher adúltera ilustra bem esta mentalidade (Jo 8.1-11). A mulher havia sido flagrada em adultério (8.3-4) mas nada se diz do paradeiro do homem que com ela estava.

O verbo hebraico para exprimir a lei “Não matarás” é uma forma extremamente rara no Antigo Testamento que denota não somente “relação sexual ilícita” mas toda uma ética matrimonial. Jesus

³ Para um estudo mais detalhado de como o casamento e a toda a instituição familiar como uma aliança divina, sugiro a leitura do excelente livro: *A Família da Aliança*, Ed. Cultura Cristã.

então explicou que o entendimento que os judeus tinham a respeito do assunto estava errado e trouxe a luz o verdadeiro espírito da lei divina, como ela sempre deveria ter sido interpretada. Jesus deixa bem claro: “qualquer que olhar”. Ou seja, qualquer um, e não somente a mulher é passível de ser enquadrado como adúltero. Jesus resgatou a lei veterotestamentária: “Se um homem adulterar com a mulher do seu próximo, será morto o adúltero e a adúltera.” (Lv 20.10)

Os prejuízos que o adultério traz para o casamento são incontestáveis: “O que adultera com uma mulher está fora de si; só mesmo quem quer arruinar-se é que pratica tal coisa.” (Pv 6.32)

B. Abandono do lar (1Co 7.10-15)

Esta segunda exceção para a continuidade do casamento está relacionada a casamentos em que apenas um dos cônjuges é crente. Neste texto de 1Coríntios 7.10-15, Paulo tenta responder a respeito das dificuldades de um casamento misto. O jugo desigual não é desculpa para o divórcio: o marido cristão não deve abandonar a mulher incrédula (v.12) e a mulher cristã não deve abandonar o marido incrédulo (13), pois a presença de apenas um crente dentro do lar exerce uma influência santificadora sobre todos (14).

Mas os incrédulos não se sujeitam às leis de Deus e, portanto, podem querer se separar de seus cônjuges. Neste caso, explica Paulo, depois do cristão fazer tudo pela união e mesmo assim a parte incrédula insistir em abandonar o lar, “que se aparte; em tais casos, não fica sujeito à servidão nem o irmão, nem a irmã;” (1 Co 7.15) Isto é, a parte abandonada estará livre para casar-se novamente.

III. O dever de Perdoar

A vida de casado não é nada fácil. Juntar duas pessoas que têm cultura, temperamento e educação diferentes não é uma das tarefas mais pacíficas. Somente Deus sendo a terceira dobra para o casamento não se arrebentar (Ec 4.12).

O divórcio não é obrigatório quando acontece o adultério. Principalmente se tratando de um casal cristão. Em primeiro lugar **ninguém está isento da exposição às tentações**. Embora tenhamos a santidade como alvo absoluto, não podemos nos achar livres de qualquer queda. Pensar estar de pé é o primeiro passo para a queda (1Co 10.12). Em segundo lugar, **difícilmente somente um dos cônjuges é responsável pelo adultério**. É claro que mais culpado é aquele que praticou o ato mas isso não isenta a outra parte de assumir sua parcela de culpa embora talvez pequena. Problemas como falta de diálogo, egocentrismo, falta de apetite sexual, impaciência e friquidez são as questões mais comuns que podem deixar um cônjuge enfraquecido diante da exposição a tentação de ter um relacionamento extraconjugal (Mt 5.32).

Já ouvi muitos crentes dizerem frases como. “Se meu cônjuge adulterar, não tem volta”. Tal atitude é estranha ao evangelho, pois não foi este o tipo de amor que Deus sempre demonstrou por seu povo. Mesmo diante da infidelidade de Israel, Deus o atraiu com seu amor eterno (Jr 31.3). Nosso Senhor chamou pelo amor seu povo em adultério (Jr 3.1) e ainda o faz ao nos perdoar de nossos constantes pecados.

CAPÍTULO XXIV
DO MATRIMÔNIO E DO DIVÓRCIO

I. O casamento deve ser entre um homem e uma mulher; ao homem não é lícito ter mais de uma mulher nem à mulher mais de um marido, ao mesmo tempo.

Ref. Gen. 2:24; Mat. 19:4-6; Rom. 7:3.

II. O matrimônio foi ordenado para o mútuo auxílio de marido e mulher, para a propagação da raça humana por uma sucessão legítima e da Igreja por uma semente santa, e para impedir a impureza.

Ref. Gen. 2:18, e 9:1; Mal.2:15; I Cor. 7:2,9.

III. A todos os que são capazes de dar um consentimento ajuizado, é lícito casar; mas é dever dos cristãos casar somente no Senhor; portanto, os que professam a verdadeira religião reformada não devem casar-se com infiéis, papistas ou outros idólatras; nem devem os piedosos prender-se desigualmente pelo jugo do casamento aos que são notoriamente ímpios em suas vidas ou que mantêm heresias perniciosas.

Ref. Heb. 13:4; I Tim. 4:3; Gen.24:57-58; I Cor. 7:39; II Cor. 6:14.

IV. Não devem casar-se as pessoas entre as quais existem os graus de consaguinidade ou afinidade proibidos na palavra de Deus, tais casamentos incestuosos jamais poderão tornar-se lícitos pelas leis humanas ou consentimento das partes, de modo a poderem coabitar como marido e mulher.

Ref. I Cor. 5:1; Mar. 6:18; Lev. 18:24, 28.

V. O adultério ou fornicção cometida depois de um contrato, sendo descoberto antes do casamento, dá à parte inocente justo motivo de dissolver o contrato; no caso de adultério depois do casamento, à parte inocente é lícito propor divórcio, e depois de obter o divórcio casar com outrem, como se a parte infiel fosse morta.

Ref. Mat, 1: 18-20, e 5:31-32, e 19:9.

VI. Posto que a corrupção do homem seja tal que o incline a procurar argumentos a fim de indevidamente separar aqueles que Deus uniu em matrimônio, contudo só é causa suficiente para dissolver os laços do matrimônio o adultério ou uma deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela Igreja nem pelo magistrado civil; para a dissolução do matrimônio é necessário haver um processo público e regular, não se devendo deixar ao arbítrio e discreção das partes o decidirem seu próprio caso.

Ref. Mat. 19:6-8; I Cor. 7:15; Deut. 24:1-4; Esdras 10:3.

A atitude do marido ou da mulher traída deve ser antes de tudo perdoar. O divórcio não é uma carta branca para guardar mágoa, ira ou ressentimento. Independentemente da atitude a ser tomada, o cônjuge traído é obrigado por Deus a perdoar (Mt 18.32-33).

Devemos lembrar que esta luta pela preservação do casamento esta diretamente ligada a disposição do cônjuge adúltero de mudar de atitude. Se não houver esta disposição e continuamente houver adultério dentro do casamento, a parte fiel não pode ficar passiva. Aquele que consente em dormir com um adúltero impenitente torna-se igualmente adúltero.

Conclusão

“Se essa é a condição do homem relativamente à sua mulher, não convém casar.” (Mt 19.10) Esta foi a resposta dos discípulos ao ensinamento de Jesus sobre a inviolável instituição do casamento apontando o divórcio como um lamentável e esporádico recurso. Muitos em nosso dias diriam a mesma coisa ou algo parecido como: “Se eu não puder me separar mais tarde então prefiro não casar”. As estatísticas comprovam que realmente o mundo pensa assim.

Nós cristãos não podemos nos deixar levar pelo curso deste mundo (Ef 2.2). O divórcio não é a vontade de Deus para ninguém pois ele odeia o divórcio (Mt 2.16) e mesmo porque, superar a separação é tão ruim ou pior do que superar uma traição por exemplo.

Aplicação Individual

“Onde há fumaça há fogo” Tire um tempo a sós com seu cônjuge para procurar os sinais de fumaça no casamento antes que o divórcio pareça ser a única alternativa possível.

Aplicação para o grupo

Você se lembra do que prometeu para seu cônjuge na cerimônia de casamento? Escreva em breves palavras e entregue-lhe.